

INDÍGENAS DA REGIÃO NORDESTE NA GUERRA DO PARAGUAI

INDIGENOUS PEOPLE OF THE NORTHEAST REGION IN THE WAR IN PARAGUAY

Mariana Albuquerque Dantas¹

Pedro Lucas Souza Fradique²

Resumo: O presente texto resultou de uma pesquisa buscando analisar o conflito ocorrido entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai, e no Paraguai como Guerra Grande, *Guerra del 70* e *Guerra de la Triple Alianza*, apontado pela historiografia brasileira como o conflito militar mais sangrento nas Américas. A Guerra do Paraguai é um tema discutido nos últimos anos, a partir de novas abordagens por vários/as pesquisadores/as. Com novos pontos de vista em relação à Guerra, a exemplo da participação de diversos grupos sociais como os indígenas, negros, mulheres, dentre outros, ou seja, uma “história vista de baixo”, pois a história daquele conflito por muito tempo foi analisada nas perspectivas dos militares de altas patentes ou por pessoas ocupando cargos no governo na época. A Guerra do Paraguai foi vista como divisor de águas na história da região platina, não apenas nas trajetórias dos estados-nação como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também nas relações históricas e sociocultural de povos indígenas participantes no conflito, como os Guarani, os Kadiwéu, os Kaiowá, os Terena, Wassú-Cocal, os Fulni-ô e os Xukuru do Ororubá, esses últimos habitantes em Pernambuco.

Palavras-chave: Indígenas, Guerra do Paraguai, Pernambuco, história indígena.

Abstract: This text resulted from research seeking to analyze the conflict that occurred between Paraguay and the Triple Alliance (1864-1870), known in Brazil as the Paraguayan War, and in Paraguay as Guerra Grande, *Guerra del 70* and *Guerra de la Triple Alianza*, considered by Brazilian historiography as the bloodiest military conflict in the Americas. The Paraguayan War is a topic discussed in recent years, based on new approaches by several researchers. With new points of view in relation to the War, such as the participation of different social groups such as indigenous people, black people, women, among others, in other words, a “history seen from below”, as the history of that conflict was analyzed for a long time from the perspectives of high-ranking military personnel or people holding government positions at the time. The Paraguayan War was seen as a watershed in the history of the platinum region, not only in the trajectories of nation-states such as Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay, but also in the historical and sociocultural relations of indigenous peoples participating in the conflict, such as the Guarani, the Kadiwéu, the Kaiowá, the Terena, Wassú-Cocal, the Fulni-ô and the Xukuru do Ororubá, the latter inhabitants of Pernambuco.

¹ Professora da Licenciatura e da Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Possui doutorado e mestrado na mesma área pela Universidade Federal Fluminense.

² Possui ensino-medio-segundo-graupela Escola Nossa Senhora da Conceição(2015). Tem experiência na área de História.

Keywords: Indigenous people, Paraguayan War, Pernambuco, indigenous history.

INTRODUÇÃO

O conflito ocorrido entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai, e no Paraguai de Guerra Grande, *Guerra del 70 e Guerra de la Triple Alianza*, foi apontado pela historiografia brasileira como o conflito militar mais sangrento das Américas. A Guerra do Paraguai (GP) foi vista como divisor de águas na história da região platina, não apenas nas trajetórias dos estados-nação como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também na formação histórica e sociocultural de povos indígenas participantes no conflito, como os Guarani, Kadiwéu, Kaiowá, Terena, Xukuru, Wassú-Cocal, Fulni-ô, entre outros.

A GP é um tema discutido nos últimos anos, a partir de novas abordagens utilizadas por vários pesquisadores. Novos pontos de vista em relação à Guerra, como por exemplo a participação de diversos grupos sociais como os indígenas, negros, entre outros, ou seja, uma “história vista de baixo”, pois a história daquele conflito por muito tempo foi analisada nas perspectivas dos militares de altas patentes ou por pessoas com altos cargos no governo naquela época. A partir disso o presente estudo visa compreender a atuação dos povos indígena durante o conflito.

No presente artigo foi discutido como ocorreu a participação dos indígenas no conflito. Evidenciando de quais regiões do Brasil vieram e se participaram à força ou de forma voluntária. Também comentando sobre a participação de alguns povos e quais motivações para os indígenas participarem no conflito. A pesquisa realizada foi um estudo bibliográfico, baseado em leituras de livros, dissertações e textos sobre a GP, sobretudo aqueles abordando a participação de indígenas no conflito, especificamente nativos habitantes em Alagoas e Pernambuco.

Motivações para a participação de indígenas

Para suprir as necessidades com a falta de contingente no *front*, foram criados os Corpos de Voluntários da Pátria. Mas, com o prolongamento do conflito, além de manifestações em todas as províncias do Império brasileiro, tornou-se difícil o recrutamento de novos soldados, inclusive com a resistência dos membros da Guarda Nacional convocados

para a Guerra (DORATIOTO,2022).

Com a diminuição dos alistamentos, ocorreu o recrutamento forçado para enviar soldados às batalhas. Portanto, além dos Corpos de Voluntários da Pátria foi utilizada a força para a obtenção de contingente militar. Recrutadores arbitrários realizaram a formação de tropas para enviar a Guerra do Paraguai (GP). Foram recrutados a força mendigos, prisioneiros com crimes variados, escravizados fugitivos, crianças e indígenas.

A participação indígena ocorreu nos dois lados do conflito, tanto pelo Império brasileiro como também nos batalhões paraguaios. Parte do exército paraguaio era constituído de indígenas Guarani habitando as margens do rio Paraguai e as tropas brasileiras no início do conflito, contava com a participação dos povos Guarani, Guaicuru, Kadiweu e Mbayá. Esses povos foram os responsáveis por conter o avanço da invasão no território mato-grossense até a chegada das tropas militares brasileiras. (FREITAS, 2014, p.2)

Assim como os povos Guarani, Guaicuru, Kadiweu, Mbayá e outros, também ocorreu a participação dos Terena, habitantes na região de Miranda no Mato Grosso do Sul, próxima da fronteira do território brasileiro com o Paraguai. Naquela época, em Miranda existiam 10 aldeias com cerca de 4.000, indivíduos, como registrado por Alfredo d'Escranolle Taunay, o principal cronista da Guerra e um dos primeiros etnógrafos, por assim dizer, descrevendo esses grupos na Língua Aruák. (TAUNAY, 1940, p.19-20)

A invasão paraguaia na região forçou a dispersão geográfica de muitas famílias indígenas estabelecidas no local. Uma das várias rotas de fuga foi em direção à Serra de Maracaju,

Apesar de muitas famílias terem deixado Miranda quando a região esteve dominada pelos paraguaios, entre 1864 e 1866, os antigos Guaná-Txané chegaram a impor resistência armada contra as tropas invasoras e em defesa de seus territórios. As armas utilizadas na resistência foram as que os militares brasileiros deixaram em Miranda por ocasião da rápida fuga que fizeram diante da invasão das tropas inimigas. Quase que ao mesmo tempo, os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados. Os registros mais importantes e detalhados sobre sua participação nesse conflito bélico platino seguem sendo aqueles produzidos por Taunay. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2005, p. 5)

Com o decorrer do conflito e a necessidade de mais contingente militar para completar os batalhões para a Guerra, foi necessário a utilização do recrutamento forçado, com isso, indígenas de outras regiões do Império foram recrutados forçosamente ou se voluntariariam para participar na GP.

A participação indígena na Guerra do Paraguai também aconteceu porque a prática

de recrutá-los para o serviço militar era antiga. Contudo, não se deu sem constrangimentos e coerção. Para a historiadora Vânia Moreira (2006) o recrutamento militar compulsório, ancorado no argumento do caráter “vadio” da população de origem indígena constituíram um sistema de controle do seu trabalho. Em um instigante artigo sobre o tema, Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822- 1875), a historiadora apresentou como as populações indígenas, mestiças, de libertos, pobres em geral, compartilharam uma experiência instável de liberdade perante a lei e o costume na questão do recrutamento. (DORNELLES, 2019, p.12-13)

Os povos indígenas participantes na GP, tiveram várias motivações para estarem nos conflitos. De certa forma a participação de alguns povos ocorreu pelo recrutamento forçado, prisões por suposta perturbação da ordem vigente ou por disputas pelas terras com fazendeiros locais. Como descrito por Edson Silva:

É clara a truculência empregada pelos diretores das aldeias no alistamento forçado dos índios como Voluntários da Pátria. As justificativas se referem sempre à manutenção da ordem e da paz nas aldeias, a exemplo da punição para acusados ou envolvidos em assassinatos. Em 1865, o diretor parcial da aldeia de Barreiros comunicava ao presidente da Província estar enviando dezoito não 15 recrutados e, diante da recusa de índios em se alistarem como “voluntários”, afirmava: “Se V. Ex^a. o determinar, mandarei recrutá-los”. (SILVA, 2007, p.48)

O recrutamento forçado não foi a única forma de participação indígena. Também ocorreu a participação voluntária, como ressaltado pelo pesquisador Adauto Santos da Rocha no artigo “Recrutamentos indígenas nas Alagoas”:

Nesse contexto de disputa por indígenas, os conflitos entre as elites eram lidos e apropriados pelos indígenas como fecundas oportunidades de se ajustarem à conjuntura social, para dela tirarem proveitos. Os indígenas não eram apenas vítimas passivas nos processos políticos e sociais, como a historiografia clássica costuma rotular. (ROCHA, 2022, p.214)

Mesmo os indígenas vivenciando o processo do recrutamento forçado, buscaram garantir interesses na situação em que se encontravam nas tropas. Como ocorrido em Alagoas, onde o número de deserções aumentava entre os recrutados na Província, alguns indígenas recrutados compulsoriamente, buscaram conquistar direitos individuais e coletivos. Meses ou anos se passaram e os indígenas recrutados trabalhando no serviço militar, demonstravam confiança e obediência. Com isso de soldados rasos alcançaram novas patentes como cargos de alferes e comandantes de batalhões nas fronteiras de Pernambuco e Sergipe. (ROCHA, 2022, p. 230).

Como Antônio Salazar que com a patente de Capitão, buscou garantir direitos no Estado Imperial e não devolveu os armamentos utilizado pelos indígenas na GP, criando grupos armados entre os indígenas Wassu-Cocal, armas utilizadas para combater as investidas

do poder provincial em desfazer as aldeias. (ROCHA, 2022; ANTUNES, 1984). Em outra situação, Manoel de Lima indígena habitando na Villa de Atalaia, também em Alagoas, sendo um ótimo combatente, marchou com o batalhão em direção ao Sertão pernambucano, para lutar contra os grupos revoltosos conclamando o separatismo e a criação de um Estado-nação independente em 1817 naquela região. (ROCHA, 2022, p. 231). Como recompensa pela coragem e zelo com os quais defendia Sua Majestade imperial, foi promovido a alferes por Francisco Antônio de Santiago, Capitão-mor das Ordenanças dos Índios da Villa de Atalaia.

Portanto, mesmo a participação dos povos indígenas muitas das vezes por recrutamento forçado, os nativos tinham motivações específicas para alcançarem objetivos, variando desde cargos militares de alta patente, a obtenção de privilégios, como também conquistar direito a terras, motivações para se empenharem e se destacarem com coragem e bravuras nos combates.

O recrutamento Indígena

O recrutamento indígena e a militarização dos aldeamentos iniciaram muito antes da GP. A prática foi bem comum após a invasão portuguesa ao Brasil, no final do século XVI. Os aldeamentos eram fontes de mão-de-obra e também local de recrutas para fins militares. Assim, a militarização indígena, ocorrida desde os primeiros períodos da colonização, representou também uma fonte de demonstração de poder político nas disputas locais. (SILVA, 2007, p.40)

Outro momento histórico onde o recrutamento indígena foi marcante, ocorreu em Pernambuco em 1817 durante a chamada “Revolução Pernambucana”, com considerável participação dos indígenas. Como relatado por Mariana Dantas (2018) no livro “Dimensões da participação política indígena”, onde foi evidenciado que a participação indígena ocorreu nos dois lados do conflito: nas tropas rebeldes, os chamados patriotas, como também pelos defensores do Rei português.

Na cidade de Garanhuns, considerada o alicerce da rebelião, os partidários do governo português organizaram-se em um regimento militar onde entre os integrantes havia participantes indígenas. O Sargento-mor da Vila de Garanhuns e Diretor dos indígenas habitando em Águas Belas, João Tenório de Albuquerque, posicionou-se ao lado dos realistas, informando estar preparado com as tropas e os indígenas que liderava para defender os

interesses reais. (DANTAS, 2018, p.86).

Situação similar também ocorreu em Alagoas com os indígenas no povoado de Palmeira, atual município de Palmeira dos Índios. Foi ordenado aos oficiais e diretores indígenas na região reprimir os avanços das tropas rebeldes vindo por Atalaia e Palmeira. Seguindo ordens, os indígenas em Palmeira se preparavam para o conflito. Quando receberam outra ordem, proveniente de Garanhuns, onde o Capitão-mor havia se declarado patriota, ou seja, rebelde, ordenando suspender a ida dos indígenas ao conflito e ficarem esperando as tropas vindo de Sergipe e da Bahia para proteger os rebeldes.

Outro povo indígena vivenciando a mesma experiência durante os combates da Insurreição de 1817 foi os habitantes em Cimbres, atual Pesqueira/PE. Perto do final dos conflitos, o Sargento-mor de Limoeiro pediu homens ao Capitão José Caetano, do povoamento do Brejo (atualmente Brejo da Madre de Deus/PE), para se defender de tropas do governo provisório ameaçando invadir a Vila.

Assim, José Caetano encaminhou a solicitação do Sargento-mor de Limoeiro a Manuel José de Serqueira, o Sargento-mor da Vila de Cimbres, que por sua vez, pediu ao Diretor da aldeia o recrutamento de 100 indígenas para participarem no conflito. (DANTAS, 2018, p.87). Mas, José Caetano tinha se aliado ao governo rebelde no Recife, e então mandou os indígenas recrutados voltarem para a aldeia em Cimbres.

Sobre o recrutamento forçado indígena, o pesquisador Amaro Hélio (2016) descreveu acerca a construção da Colônia Militar Leopoldina. Em 1850 a Colônia teria sido fundada, instalada na fronteira entre Alagoas e Pernambuco. A Colônia foi criada para povoar, fiscalizar e policiar uma das regiões mais conflituosas naquela região entre as duas províncias. (ROCHA, 2022, p.215).

A Colônia Militar Leopoldina foi responsável pelo recrutamento e a militarização de vários indígenas na região, criando um destacamento militar trabalhando a favor do Império. Fazendo assim com que o recrutamento indígena se tornasse uma prática corriqueira na Zona da Mata Norte de Alagoas.

A instalação da Colônia Militar Leopoldina instituiu os recrutamentos indígenas como práticas das atividades cotidianas na Zona da Mata Norte de Alagoas. Ao longo do tempo em que a colônia funcionou na região, o governo provincial impôs práticas de dominação por meio do recrutamento e da militarização de indígenas e outros grupos sociais subalternos, que foram utilizados como combatentes por um Estado que não atendia aos seus interesses e sequer os representava no plano sociopolítico. Desse modo, as matas historicamente reconhecidas como habitações de grupos resistentes, alcunhadas como “incultas” e incontestáveis, foram sendo

subjugadas e integradas à economia e à sociedade regional. (ROCHA, 2022, p.215)

A Colônia Militar Leopoldina existiu até o início da Guerra do Paraguai. Os povos indígenas na Província de Alagoas, incluindo os habitando na Colônia Militar Leopoldina, formaram parte importante das linhas de frente lutando na chamada Guerra da Tríplice Aliança (GP) ao longo do conflito. As forças militarizadas atuando dentro e fora das aldeias revelando como o recrutamento forçado foi ampliado e refinado como prática institucional ao longo do século XIX.

Entre as diferentes estratégias de recrutamento de soldados, uma se destacou pela grande desumanidade contra os indígenas. Os soldados indígenas demonstrando grande potencial tinham uma estaca amarrada perto da coluna para manter o corpo ereto. Os braços para trás dobrados entre o quadril e a clavícula para evitar a fuga e não resistirem às tentativas de recrutamento. (ROCHA, 2022, p.215). Técnica essa chamada de “pau e corda”. Os recrutadores eram conhecidos pelas brutalidades e cumpriam o papel de prender homens, independente de idade e estado civil, encaminhá-los para a capital do Império no Rio de Janeiro. Para logo em seguida serem enviados a GP.

Os indígenas não agiam de forma passiva diante do recrutamento forçado, como a historiografia clássica fez pensar, alguns encontravam meios para evitar o recrutamento. Quando divulgada a notícia que estariam chegando recrutadores nas aldeias, os indígenas se escondiam nas matas vizinhas provocando o início a uma caçada e se capturados os indígenas eram torturados até chegarem nos quartéis.

Vários métodos foram utilizados para evitar os recrutadores, o mais comentado os homens solteiros era se casar com senhoras de idade sem filhos, como as mesmas precisariam de cuidados e não tinham filhos para prestar essa devida atenção, o governo imperial não obrigavam esses homens a se alistarem. Outra forma, era ser o único integrante da família a trazer renda para a casa, nessa situação o Império entendia que a família passaria por dificuldades até a miséria. (FILHO, 2000).

Diálogos entre os povos indígenas em Alagoas e a província vizinha Pernambuco foram fortalecidos em vários momentos. Por exemplo, indígenas na Província de Alagoas buscaram refúgio em aldeias em Pernambuco, quando determinadas leis ameaçavam uma das aldeias, ou quando políticos, militares e fazendeiros colocavam em risco o sistema de aldeias e vice-versa. Proteger aliados indígenas em Pernambuco ou ser protegido fora dos

aldeamentos alagoanos era uma prática muito importante para contornar o que os indígenas consideravam prejudicial. (ROCHA, 2022, p.231).

Os recrutamentos forçados para completar os Corpos de Voluntários da Pátria, foi uma prática muito recorrente depois do baixo no número de alistamentos voluntários, devido a perda da euforia patriótica pelo prolongamento da GP. Com isso foi necessário o uso da força para complementar o número de soldados destinados ao *front* da Guerra. Indivíduos das camadas sócias mais baixas, como mendigos, pessoas com baixa renda, prisioneiros ou até mesmo os excluídos pela população do Império como os negros, escravizados e também os indígenas foram recrutados e enviados para as batalhas.

Indígenas em Pernambuco e Alagoas na Guerra do Paraguai

A participação de indígenas no Nordeste na GP, mas especificamente em Pernambuco, foi citada por Edson Silva na Tese de Doutorado em História. E tambémem dois artigos sobre o tema: ““Nós vencemos a guerra’: história, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai” (2007) e ““A história contada pelos que voltaram’: história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai” (2015). Nessas publicações foram não citados somente os indígenas em Pernambuco como também em Alagoas.

Na pesquisa do Doutorado, o autor escreveu que o povo Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE), vivendo em um contexto de ameaças pelos fazendeiros invasores de terras, os indígenas afirmavam os direitos aos territórios diante Governo Imperial, como recompensa pela participação dosantepassados na GP (SILVA, 2017). Também evidenciando que a mesma argumentação foi repetida mais de uma vez pelos referidos indígenas quando os conflitos de terras estiveram mais acirrados na região de Cimbres.

Em ambos os períodos, os Xukuru afirmaram seus direitos baseados nas memórias que seus antepassados receberam as terras como recompensa pela participação na Guerra do Paraguai, em um contexto de disputas pelas terras do oficialmente extinto Aldeamento de Cimbres/Ororubá, em fins do século XIX. Procuramos então evidenciar os nexos estabelecidos pelos índios, por meio de suas memórias orais, com o século XIX e os anos 1950/1960, e aindaem fins da década de 1980, quando ocorreu o acirramento dos conflitos nas disputas entre índios e fazendeiros pelas terras na Serra do Ororubá, após a participação dos índios nas discussões para a elaboração da Constituição de 1988, que garantiu os direitos indígenas. (SILVA, 2017,p.33)

No artigo ““Nós vencemos a guerra’: história, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai”, publicada na revista *Clio* (UFPE) em 2007, o citado autor apresentou relatos

sobre a participação do povo Xukuru do Ororubá na GP. Participação essa relata indígenas, com a coragem e bravura dos antepassados dos indígenas no conflito, por vezes se destacando dos demais soldados não indígenas.

Um dos exemplos citado no artigo foi sobre os “30 do Ororubá”. Quando 30 indígenas da Aldeia de Brejinho na Batalha de Tuiuti, um dos maiores embates na GP. Durante os combates as tropas brasileiras tiveram a bandeira roubada pelo exército inimigo, e sob as ordens do Tenente Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da Gama, os indígenas Xukuru do Ororubá de maneira corajosa recuperaram a bandeira:

O inimigo arrebatou a bandeira do ‘30 de Voluntários’, batalhão integrado pelos nossos índios xucurus. O Comandante, Ten. Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da Gama, em assomo de desapontamento, bradou para os seus soldados (os nossos índios) que retomassem a bandeira e pouco depois a companhia de guerra que partira no cumprimento da ordem, regressava reduzida a 10 ou 12 homens trazendo o nosso pavilhão a despeito de quase transformado em farrapos. (SILVA, 2007, p.52).

Nas narrativas orais do povo Xukuru do Ororubá foi citado que dos 30 indígenas que foram para a Guerra, morreram 18 e voltaram 12. E o objetivo de recuperar a bandeira teria sido bem-sucedido. Em um desses relatos sobre os “bravos do Ororubá”, foi afirmado que os antepassados dos indígenas transportaram a Bandeirado Brasil Império, do campo de batalha até a Princesa Isabel:

E lá eles brigaram na Guerra... Aí levaram a bandeira... E pediram para eles irem buscar. Então, eles foram, eles já tinham passado... E eles chegaram na beira do rio, e eles já tinham atravessado o rio, eles entraram no mato, cortaram madeira, cortaram cipó, fizeram um barco, foram lá, cortaram tudo defacão e trouxeram a bandeira para a Princesa Isabel. (*Apud* SILVA, 2007, p.94)

Em 1865 vieram da Aldeia de Cimbres 82 indígenas para o Corpo de Voluntários da Pátria, com destino a GP. Essa passagem pelo Recife foi registrada em um dos principais jornais da capital da Província. A população recifense se encontrava emocionada com o desfile pelas ruas da capital. Essa passagem rendeu aos indígenas uma homenagem em forma de um poema escrito pelo Dr. Inácio Firmo Xavier, intitulado “Aos bravos Voluntários da Pátria, de Urubá”.

Eia, bravos de Urubá
Altaneira e ingente serra,
Ao Paraguai ide à guerra
Destruir Humaitá
N’Assunção vós todos lá
Esforçai-vos na vitória.

Ganhando palma a glória
Onde a esposa estremecida
Vos contempla na memória.

Os recrutados em Cimbres, a caminho do *front*, tiveram a imagem transformada. Os antes considerados indolentes e perturbadores da ordem pública, chamados “bravos de Urubá”, aclamados antecipadamente como heróis da Pátria. (SILVA 2017, p.109)

Sobre Alagoas, no artigo Edson Silva também retratou os indígenas Wassú-Cocal, que tiveram um papel de destaque na GP. Habitando em Joaquim Gomes/AL, citam os antepassados envolvidos na disputa destacando o oficial indígena Antônio Salazar, como posição privilegiada na Guarda Nacional, com uma contribuição duradoura para o sucesso da Província ao longo da GP, ocupando o posto militar de Capitão.

Como referenciado anteriormente com o fim do conflito, em 1870, Salazar se recusou a devolver armas e os equipamentos de Guerra distribuindo para os indígenas se dispoendo a lutarem contra as tentativas do governo provincial de extinguir as aldeias. (ANTUNES,1984). Dessa forma garantida a continuidade do aldeamento, onde atualmente habita os indígenas Wassu-Cocal, em Joaquim Gomes na fronteira entre Pernambuco e Alagoas.

Em uma, entrevista, o indígena Wassú conhecido por Seu Zeca, fez uma leitura sobre a participação do Capitão Salazar na GP:

Outra coisa que eu tô alebrado também foi a Guerra do Paraguai. Essa Guerra de Paraguais que houve daqui e de todo as aldeias, os povo índios. E esses povo de índio que foram desse Capitão Salazar, foram com outras entidades que eram guerreiros tamém. Ele voltou como capitão da Guerra do Paraguai. Ele sabia com o batalhão dele. Quando ele recuava e ele sempre dizia “ninguém vai na minha frente”. Aquela turma era sempre atrás dele. Ele só recebia aquelas pancada de bala e nenhuma atingia ele. Quando era de noite, ele juntava com o povo dele, botava aquelas erva do mato, só por causado sangue pisado. A bala não entrava nele. Só perdeu uns guerrero porque ele soi à frente. Quando entrou na frente dela, a bala atingiu ele. Tudo que tavapor trás dele nenhuma bala foi atingida (*Apud* PEREIRA, 2005, p.7).

Os indígenas Wassú e o povo Xukuru do Ororubá, recorrem as memórias orais sobre a participação de antepassados na GP. Entre os Wassú, a atuação do indígenade Salazar na GP, é reafirmada para direitos as terras pelos atuais indígenas, direito esse recebido do Imperador Dom Pedro II, com quatro léguas de terra para os indígenas habitarem e cultivar lavouras. Como afirmado por José Manuel de Souza indígena Wassú, onde fez uma leitura sobre o mesmo tema:

E José Manuel de Souza, apelido de ‘Seu Paulo’, com 50 anos de idade e sete filhos, confirmou: “O Capitão Salazar de Souza, o chefe dos índios de Cocal, ficou por aqui porque Dom Pedro II achou que ele podia ficar. Quando o Rei esteve em perigo, juntamente com o Marechal Deodoro da Fonseca, chamou ele os índios a atenção para ir a Guerra Salazar pegou a fita de Capitão e foi para a brigada lutar na Guerra do Paraguai. Foram 14 índios para a Guerra do Paraguai e duas mulheres. Uma das mulheres Chamava-se Puco-Puco e a outra Lambu. Tem esses nomes porque índio antigamente não tinha nome certo. Eles tinham nome de bicho do mato. Morreu na Guerra somente um índio.” (*Apud* ANTUNES, 1985, p.10).

Uma importante contribuição para o tema foi também a pesquisa realizada por Sarah Valle, evidenciando os conflitos provocados pelo recrutamento forçado nos territórios indígenas em Pernambuco. Para a referida autora, entre as várias formas de violências no recrutamento forçado era uma prática frequentemente utilizada nos aldeamentos sobre a tutela do estado. Como citado, os recrutadores, delegados, policias, juízes entre outros exercendo alguma forma de poder na época não agiam de maneira parcial, principalmente quando se tratava dos indígenas. O mesmo em relação aos Diretores Parciais das Aldeias agindo como se fossem os donos dos indígenas. Fazendo como que os indígenas se alistassem forçadamente como Voluntários da Pátria ou a realizarem trabalhos particulares entre outros de serviços.

A justificativa foi sempre manter a ordem e a paz nas aldeias, como punir os acusados ou envolvidos em assassinatos. Como em 1865, quando o Diretor Parcial da Aldeia de Barreiros informou ao Presidente da Província que enviaria 10 em vez de 15 recrutas, e perante a recusa dos indígenas em servirem como "voluntários", disse: “Se V. Ex^a. o determinar, mandarei recrutá-los”.³

Como citado anteriormente 82 indígenas saíram da aldeia de Cimbres para serem enviados para a GP. Mas, segundo Valle em janeiro de 1866, o Diretor Geral comentou para o Presidente da Província de um pedido vindo de um indígena para a dispensa dos filhos. E por causa da necessidade de soldados foram alistados a força como Voluntários da Pátria. Dessa forma, recrutamento que parecia uma ação tranquila, era uma demonstração de abuso de poderes pelos Diretores Gerais dos Índios.

Em artigo Edson Silva evidenciou a arbitrariedade ocorrendo também na Aldeia do Brejo dos Padres,

O recurso às autoridades contra as arbitrariedades do recrutamento forçado foi uma das formas de protesto usadas pelos indígenas. Nesse sentido, o Maioral da Aldeia do Brejo dos Padres, Félix Vieira da Graça, em 1868 encaminhou um requerimento ao Presidente da Província pedindo a libertação dos índios Manoel Luís de França e Antônio Bispo José da Silva, que, estandona cidade de Tacaratu “a serviço da

³ Ofício do Diretor da Aldeia de Barreiros, em 9/4/1865, ao Pres. da Província. APE, Cód. DII-19, fl.8

aldeia”, foram presos para serem recrutados. (SILVA, 2006, p.213).

Outro estudo tratando da participação dos indígenas na GP foi publicado por Adauto Rocha, discutindo o recrutamento forçado de indígenas ocorrido antes dos eventos da GP, desde o período da Revolução Pernambucana de 1817. Quando os indígenas em Alagoas foram alistados para conter o movimento de caráter separatista e republicano manifestando a insatisfação local do controle de Portugal sobre a região e com as desigualdades sociais existentes (ROCHA, 2022).

Durante o período da GP, entre 1864 e 1870, vários grupos indígenas na região Nordeste do Império, e não foi diferente como os indígenas na Colônia Militar Leopoldina situada entre Alagoas e Pernambuco, foram recrutados para completar os grupos de combatentes destinados ao *front* da Guerra. Como descrito por Adauto Rocha:

O período de atuação das forças provinciais por intermédio da Colônia abarcou metade da duração da chamada Guerra do Paraguai, conflito armado ocorrido entre 1864 e 1870. Os indígenas da Província das Alagoas, incluindo os da Colônia Militar Leopoldina, compuseram partes significantes nas linhas de frente que combateram pela chamada Tríplice Aliança ao longo do conflito. (ROCHA, 2022, p.215).

Evidenciando assim a importância da participação indígena na GP, não restrita aos povos que citados no início da Guerra habitando na fronteira do Paraguai com o então Mato Grosso. Porém, também com a significativa participação de indígenas habitando na região Nordeste do Império brasileiro, que vivenciaram os recrutamentos forçados e castigos físicos por fugas, mas também se voluntariaram para a Guerra, buscando benefícios e garantia de direitos as terras invadidas por latifundiários. Essa participação na GP garantiu a continuidade dos indígenas nos territórios atualmente habitados.

Referências

- ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984.
- ANTUNES, Clóvis. **Tribo Wassú: os caboclos do Cocal**. Maceió, 1985. Texto não publicado.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena**: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DORNELLES, Soraia Sales. O Capitão Terena José Pedro de Souza e sua reivindicação perante o Estado brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 34, n. 2, p. 1-18, maio/ago. 2019.

FREITAS, Rodrigo Bueno. **Guerra do Paraguai**: militares esquecidos soldados indígenas a questão social de abandono no pós-Guerra. 2014. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-geral/guerra-paraguai-militares-esquecidos-soldados-indigenas.htm> Acesso: 20 jan. 2023.

LUCENA FILHO, Márcio. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai**: o recrutamento e os limites da ordem. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

MARQUES, Adriana Vargas. Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai. **Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar**, nº 10, Ago./Set./Out./Nov. 2006, p.1-7.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **A Guerra do Paraguai 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. À luta pela ampliação dos limites da terra indígena buriti. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

DANTAS, Mariana Albuquerque; FRADIQUE, Pedro Lucas Souza. Indígenas da região Nordeste na Guerra do Paraguai. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 3, n. 1, p. 131-145.

PEREIRA, Flávia Ruas Fernandes. **Os Wassú Cocal**: um estudo de caso sobre a (re)construção de identidade coletivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 'INCLUSÃO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE ANÁLISE SOCIAL', 2005, Recife. Texto apresentado no GT4 – Etnicidade, Produção da Diversidade e Contenção da Diferença nas Sociedades Contemporâneas.

ROCHA, Adauto S. da. Recrutamentos indígenas nas Alagoas: da Capitania independente à extinção oficial dos aldeamentos (1817-1872). **Outros Tempos**, v. 19, n. 34, p. 208–240, 2022.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Colônia Militar Leopoldina**: “das matas incultas” às “matas civilizadas” (1851-1867). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Edson. “A história contada pelos que voltaram”: História e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai. **Diálogos** (Maringá), v. 19, p. 1043-1063, 2015.

SILVA, Edson. "Nós vencemos a Guerra!" História, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai. **Clio** (UFPE), v. 25, p. 39-65, 2007.

SILVA, Edson. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do arquivo público. **Revista de Estudos e Pesquisas** (Fundação Nacional do Índio), v. 3 1/2, p. 173-224, 2006.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. 2.ed. Recife: Editora da UFPE, 2017.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, Visconde Taunay. **Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869–1870**: Comando-em-chefe de S. A. o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Recordações de Guerra e de viagem**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008.

DANTAS, Mariana Albuquerque; FRADIQUE, Pedro Lucas Souza. Indígenas da região Nordeste na Guerra do Paraguai. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô*. Palmeira dos Índios, v. 3, n. 1, p. 131-145.

VALLE, Sarah M. **A perpetuação da conquista:** a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. Recife: UFPE, 1992. (Dissertação de Mestrado).